

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

Rua Saul Antônio Scherer nº 07, sala 06, Centro, Antônio Carlos, SC

CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br

Fone/Fax (48) 3272-1613, 3272-1154

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015**

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

**(REGISTRO DE PREÇO)**

## TIPO: MAIOR PERCETUAL DE DESCONTO

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS** localizada na Rua Saul Antônio Scherer, n° 07, sala 06, Centro, Antônio Carlos, SC, torna público que esta instaurando licitação através do presente instrumento, nos termos da Lei n° 8.666/93 e suas alterações, pela lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06, pelo Decreto Municipal nº 48/2007 e pela Lei Orgânica Municipal na modalidade **Pregão Presencial**, tipo **Registro de Preço – MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, segundo as condições estabelecidas no presente **EDITAL**, e processo licitatório nº 01/2015, cujos termos, igualmente o integram:

**1 – DO OBJETO**

* 1. – O objeto da presente Licitação consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviço (Empresa agenciadora de viagens) para **fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais,** compreendendoa reserva, emissão, marcação, remarcação, entrega de bilhetes e demais serviços correlatos de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Antônio Carlos.

**2 –** **DA** **FONTE DE RECURSOS**

**2.1** – As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos orçamentários previsto no orçamento fiscal de 2015 e na Lei Orçamentária a ser aprovada para 2016, sendo que cada contratação será de acordo com a necessidade da Câmara Municipal, e será efetuado o devido empenhamento no item orçamentário específico, com a seguinte classificação:

**3.3.90.33.01.00.00.00**

**3 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**3.1** – Na data e horário marcado, a proponente deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, por um representante que, devidamente munido de documento o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua empresa, devendo ainda identificar-se exibindo a Carteira de Identidade, ou outro documento equivalente.

**3.2** – Os participantes devem identificar-se, e os seus representantes comprovar a existência de poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente, acompanhado de procuração ou carta de preposição e documento de identificação do representante.

**3.3** - Se apresentado a procuração, carta preposição ou carta de credenciamento a mesma deverá ser reconhecida a firma em Cartório da assinatura constante no documento, a falta deste implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais.

**3.4** – Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, o credenciamento deverá ser através de apresentação do contrato social, ou documento constitutivo do licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**3.5** – As credenciais serão apresentadas em separado dos envelopes, e será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, permitindo-se sua substituição, desde que com os poderes necessários ao credenciamento.

**3.6** – A substituição poderá ser feita em qualquer momento na licitação, sendo que o novo credenciado poderá ofertar lances somente a partir do seu credenciamento, ficando precluso o seu direito de interpor recurso no que se refere a fatos ou situações que ocorreram antes do seu credenciamento.

**3.7** - Os participantes devem apresentar **declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** fora dos Envelopes nºs 01 e 02, juntamente com o credenciamento, conforme previsto no anexo I deste edital.

**4** **– DOS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO**

**4.1** – Poderão participar da presente licitação todas as empresas ou pessoas cadastradas ou interessadas no fornecimento do serviço, que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital, observando-se as devidas ressalvas e benefícios conferidos às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar 123/2006.

**4.2** – **As Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) que quiserem valer-se da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 deverão apresentar, CERTIDÃO SIMPLIFICADA emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado, expedida no ano de 2015 de que está enquadrada como micro empresa ou empresa de pequeno porte, no momento do credenciamento.**

**4.3** – Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não proceda da forma estabelecida no item anterior, interpretar-se-á como renuncia tácita aos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

**4.4** – A participação no Pregão implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus anexos e Leis aplicáveis.

**4.5** – Não podem participar desta licitação as empresas ou pessoas que:

**4.5.1** – Tiveram contratos rescindidos pelo Município;

**4.5.2** – Tiveram seus cadastros cancelados;

**4.5.3** – Tenham sido declaradas impedidas de se cadastrarem, licitarem ou contratarem com o Município, enquanto durar o impedimento;

**4.5.4** – Que esteja em regime de falência ou concordata, ou que incida em proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral;

**4.5.5** – Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o Município, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**5 –** **DO** **LOCAL DE INFORMAÇÕES, ELEMENTOS OU ESCLARECIMENTOS**

**5.1** Cópias deste Edital e seus Anexos, bem como informações e esclarecimentos serão prestadas pelo Setor de Licitação e Compras da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos sito a Praça Anchieta, nº. 10, Centro, CEP: 88 Antônio Carlos/SC, segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 07:30 as 11:30 das 13:00 as 17:00, ou pelos números telefônicos: (48) 3272-8617, 3272-8618, pelo e-mail: [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou [administração@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administração@antoniocarlos.sc.gov.br)

**6 – DOS PRAZOS**

**6.1** – Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**6.2** – Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

**6.3** – Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

**7 – DA PROPOSTA COMERCIAL**

**7.1** – As propostas deverão ser elaboradas e entregues de acordo com a legislação vigente, observando também:

**7.2** – Prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos. Em havendo omissão na proposta acerca do prazo de validade, será automaticamente considerado o prazo de 60 (sessenta) dias.

**7.3** – Descrição geral quanto ao serviço a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes do item 1.1 do presente Edital, contendo a taxa percentual de desconto, **com até uma casa após a vírgula**, a serem aplicados sobre os valores de emissão dos bilhetes de passagens aéreas, já considerados os preços promocionais, se houver, independente do percurso utilizado.

**7.4** – Datilografada ou impressa em papel timbrado da empresa sem emendas, rasuras ou entrelinhas e datada, contendo se possível nome ou razão social e endereço completo, conforme modelo **Anexo IV**

**7.5** – Ao ofertar o percentual de desconto, o licitante deverá levar em consideração que o preço final obtido após a incidência deste desconto será sempre o preço final, nele devendo estar computadas todas as despesas que incidam sobre as passagens, seguros, taxas, tributos de qualquer natureza e outros, os quais ficarão a cargo da empresa vencedora, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta licitação.

**7.6** – Cada licitante apresentará apenas uma proposta, ou seja, não será permitida a apresentação de proposta com duas ou mais opções.

**7.7** – Rubricada em todas as páginas e assinada na última página, constando o nome do representante legal habilitado para assinar.

**7.8** – Em envelope fechado e identificado na forma do item 9.4.

**8 – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**8.1** – A licitante vencedora ficará obrigada a fornecer os bilhetes de passagens nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta.

**8.2** –Efetuar a entrega dos bilhetes de passagens, de acordo com a necessidade, e o interesse da Câmara, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento do pedido feito pela Câmara Municipal de Antônio Carlos, ou, em casos excepcionais de urgência, em no máximo 02 (duas) horas;

**8.3** – Efetuar a entrega dos bilhetes de passagens em local a ser indicado, quando fora do expediente ou, se fizer necessário, colocá-los a disposição dos passageiros nas lojas das Companhias Aéreas ou agências de turismo mais próximas do usuário;

**8.4** –Prestar assessoramento para definição do melhor roteiro, horário, freqüência de partida e chegada das aeronaves, como também repassar a Câmara as tarifas promocionais reduzidas à época da retirada do bilhete ou, sempre que oferecidas pelas Companhias Aéreas;

**8.5** – Fornecer ao gestor deste Contrato as regras tarifárias vigentes nas Companhias Aéreas que operam viagens regulares no território nacional, bem como suas alterações;

**8.6** –Repassar a Câmara, as vantagens e/ou bonificações em decorrência da emissão em conjunto, de um determinado número de bilhetes de passagens;

**8.7** –Comunicar a Câmara, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**8.8** –Manter as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

**8.9** –Responder pelos danos causados diretamente a Câmara ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Câmara.

**8.10** –Adquirir as passagens aéreas sempre pela menor tarifa disponível em qualquer Companhia Aérea, independentemente do horário do vôo, desde que seja possível atender à necessidade de chegada tempestiva ao destino por parte dos usuários.

**8.11** – Caso constatado pela Câmara o descumprimento dessa recomendação, a agência de viagem será responsável pelo ressarcimento da diferença entre a tarifa efetivamente aplicada e a menor tarifa disponível, excepcionalizados os casos estabelecidos em Decreto específico, sendo que para a aquisição, deverá ser feita pesquisa de preços, pelo menos, junto a 03 (três) Companhias Aéreas.

**8.12** – A contratada se responsabilizam ainda por cumprir todas as exigências constantes do **Anexo III – Condições específicas**, parte integrante do presente edital.

**9 –** **DA** **REUNIÃO DE LICITAÇÃO**

**9.1** – Na data, horário e endereço, abaixo especificados, a PREGOEIRO e respectiva equipe de apoio, realizarão a reunião para recebimento das propostas e lances:

**HORÁRIO E DATA 14:00** **(quatorze) horas, do dia 24/06/2015.**

**ENDEREÇO:** Praça Anchieta, nº 10 – Centro – Antônio Carlos.

**9.2** – Recomenda-se aos licitantes que estejam no local 15 (quinze) minutos antes do horário previsto.

**9.3** – Na data e horário marcado, os participantes devem identificar-se, de acordo com o solicitado no item 03, subitem 3.1, 3.2 e 3.5 deste Edital.

**9.4** – A proposta e a documentação deverão ser apresentadas em envelopes separados fechados e rubricados pelo representante do licitante, com a seguinte identificação externa:

**Câmara Municipal de Antônio Carlos**

Rua Saul Antônio Scherer, nº 07, sala 06, Centro, Antônio Carlos, SC.

CEP 88180.000

Nome e número do processo licitatório;

Data e hora de abertura;

Os dizeres:

#### ENVELOPE N° 01

PROPOSTA e

#### ENVELOPE N° 02

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.

**9.5** – A reunião de licitação se desenvolverá como segue:

**9.5.1** – Abertura da reunião;

**9.5.2** – Credenciamento dos licitantes presentes;

**9.5.3** – Apresentação de declaração dos licitantes dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

**9.5.4** – Apresentação da declaração e certidão de enquadramento em regime de tributação das microempresas e empresa de pequeno porte se for o caso, conforme item 4.2;

**9.5.5** – Abertura dos envelopes contendo a proposta, com analise preliminar pelo pregoeiro, para avaliar se elas são aceitáveis, de acordo com os critérios constantes do edital:

1. Se o objeto ofertado é compatível com o descrito na licitação e com as formalidades dela;
2. Se o preço vai acima do valor de mercado, isto é, se é excessivo;
3. Se o preço vai abaixo do valor de mercado, isto é, se é inexeqüível.

**9.6 –** O Pregoeiro poderá em qualquer momento da licitação, solicitar informações complementares, a fim de obter maiores informações sobre o serviço ofertado, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

**10 – DO JULGAMENTO**

**10.1** – O julgamento da proposta será de acordo com o inciso VIII, IX, X e XI, do artigo 4º da lei nº 10.520/02, assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte quando for constatado o empate após a etapa de lances. Neste caso, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, o Pregoeiro aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte.

**10.2** – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**10.3** – Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**b)** – não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as microempresa ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**c)** – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 10.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**10.4** – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**10.5** – Somente se aplicará o critério de desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

**10.6** – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**10.7** – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procedera à abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

**10.7.1** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, da licitante reconhecidamente microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial correspondera ao momento em que a mesma for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

**10.7.2** – A não regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicara na decadência do direito a contratação, podendo a administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**10.8** – Será declarada vencedora a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, representada pelo menor preço e maior taxa percentual de desconto, a serem aplicados sobre os valores de emissão dos bilhetes de passagens aéreas, já considerados os preços promocionais, se houver, independente do percurso utilizado, e que se proponha a atender as seguintes condições:

**a)** Os serviços abrangerão o fornecimento de passagens aéreas com taxa de embarque em âmbito nacional.

**b)** A contratada se obriga a atender prontamente as solicitações da Câmara Municipal de Antônio Carlos, para a emissão de bilhetes de passagens, em qualquer companhia aérea que atenda ao trecho e horário solicitados em um prazo máximo de quarenta e oito horas corridas;

c) A contratada obrigar-se-á a repassar a Câmara Municipal de Antônio Carlos, todos os descontos oferecidos pelas Companhias Aéreas inclusive as tarifas promocionais, quando atendidas às condições necessárias para tais descontos e tarifas, e a oferecer desconto fixo para as passagens, o qual servirá de base para julgamento da proposta;

**d)** A contratada obrigar-se-á a fornecer sem ônus para a Câmara Municipal de Antônio Carlos a tabela de preços das Companhias Aéreas para passagens no início dos serviços e sempre que houver reajuste;

**e)** Prestar todas as informações solicitadas ao objeto do contrato;

**g)** A contratada obrigar-se-á a apresentar a fatura discriminada, sempre que solicitado o serviço pela Câmara Municipal de Antônio Carlos, que após serem atestadas serão pagas em até 15 (quinze) dias após o recebimento da fatura.

**h)** O fornecimento de passagem, só deverá ser atendido mediante a emissão da Nota de Empenho, emitida pela Câmara Municipal de Antônio Carlos.

**I)** A empresa vencedora do referido certame, deverá no ato da assinatura da Ata, apresentar o endereço, telefone e e-mail, da sede da contratada, com a qual serão estabelecidos todos os contatos referentes à sua execução, não sendo admitida a subcontratação total ou parcial do referido contrato;

**11 –** **DA HABILITAÇÃO**

**11.1** – O envelope de documentação deverá conter os documentos abaixo elencados que constituirão a comprovação da:

1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** (CNPJ);
2. **Certidão Negativa De Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União** com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014;
3. **Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
4. **Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
5. **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** – FGTS;
6. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos di Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, com a redação dada pela Lei nº 12.440/2011.
7. **Certidão Simplificada vigente,** comprovando o enquadramento de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte, expedida pelo órgão JUCESC (Junta Comercial do Estado de Santa Catarina), não será motivo de inabilitação a falta desta, porém a empresa não será beneficiada pela Lei 123/2006.
8. **Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal,** conforme **Anexo II** do Edital;
9. **Certidão Negativa de falência ou concordata** expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante

**11.1.2** – Os documentos solicitados poderão ser apresentados em original por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou pela comissão, mediante a apresentação dos originais ou publicação em órgão de imprensa oficial.

* 1. – Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

**11.3** – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, momento em que a reunião será suspensa, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual numero e dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**11.4** – Não tendo sido interposto recurso ou a falta de manifestação imediata do licitante, importara a decadência do direito de recurso, o qual será adjudicado o objeto da licitação ao vencedor.

**11.5** – Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

**11.6** – Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

**11.7** – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.8** – Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**11.9** – A abertura dos envelopes contendo a proposta e a documentação será realizada em ato público com a lavratura de ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes, pelo pregoeiro e pela equipe de apoio.

**11.10** – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros:

**a)** serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação e números do item;

**b)** falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente na sessão do pregão;

**c)** falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos no envelope nº 2 – Documentação de Habilitação.

**12 –** **DA** **ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1** – Os licitantes classificados deverão assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação.

**12.2** – O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por uma única vez, desde que solicitado formalmente durante o prazo de transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara.

**12.3** – Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, sofrerá aplicação de multa igual a 5% (cinco por cento) do Valor da proposta e ficará, temporariamente, suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses.

**12.4** - É facultado à Câmara, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições de suas propostas, ou conforme negociação, podendo ainda, revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n. 8.666/93.

**12.5** – Este Edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado como se nele estivessem transcritos.

**13 – DAS PENALIDADES**

**13.1** – O licitante que deixar de cumprir o disposto neste Edital, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeita à penalidade de multa de 5% (cinco por cento) do valor da proposta atualizada e ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

**13.2** – Ainda, pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Câmara Municipal de Antônio Carlos, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da Câmara informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Câmara.

**13.2.1** – Multa de 1,0% (um por cento) por dia sobre o valor da Nota de Empenho, por dia de atraso na entrega do bilhete de passagem aérea licitado, até o 10° dia após o recebimento da Nota de Empenho, período após o qual se configura a inexecução parcial da obrigação;

**13.2.2** – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega dos bilhetes de passagens superior a 10 (dez) dias contados do recebimento da Nota de Empenho;

**13.2.3** – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Empenho por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota de Empenho;

**13.2.4** – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo de, a critério da Câmara, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a Detentora, injustificadamente, deixar de entregar no prazo estabelecido na nota de empenho;

**13.2.5** – Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da nota de empenho.

**13.2.6** – É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas na Seção V da Lei federal 8.666/93, com suas posteriores alterações.

**14 –** **DO** **RECEBIMENTO DO OBJETO**

**14.1** – A entrega dos bilhetes de passagens aéreas será efetuada na Câmara Municipal de Antonio Carlos, na Rua Saul Antônio Scherer, nº 07 – Centro – Antônio Carlos – SC, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da Nota de Empenho.

**14.3** – Os bilhetes serão recusados quando da entrega, se estiver com especificações diferentes das contidas na proposta da licitante vencedora e na Nota de Empenho.

**15 – DO PAGAMENTO**

**15.1** – Os recursos financeiros para o pagamento serão provenientes do orçamento da Câmara.

**15.2** – O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos bilhetes de passagens, mediante a apresentação da respectiva fatura/nota fiscal emitida pela empresa fornecedora, desde que esteja devidamente aprovada e recebida pelo responsável da Câmara.

**16 – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

**16.1** – A Câmara poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente do fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou anulá-la, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.

**16.2** - A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

**16.2.1** - Pela autoridade competente da Câmara, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:

**16.2.1.1** - A empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

**16.2.1.2** - A empresa detentora não receber a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente não aceitar sua justificativa;

**16.2.1.3** - A empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

**16.2.1.4** - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

**16.2.1.5** - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

**16.2.1.6** - Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Câmara.

**16.3** - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contida.

**16.3.1** - A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Câmara, facultada a esta as aplicações das penalidades previstas caso não aceitas as razões do pedido.

**16.4** - Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Câmara, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

**16.4.1** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**17 –** **DAS** **OMISSÕES, CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

**17.1** – Os licitantes não serão inabilitados ou desclassificados por força de exigências meramente formais, como pequenas falhas ou defeitos na apresentação das propostas ou documentos de habilitação e que não produzam efeitos substanciais, ainda que previstas neste instrumento e em seus anexos, ficando a cargo do PregoeirO a analise de tais falhas ou defeitos.

**17.1.2** – Havendo erro, imprecisão ou rasura em documento obtido diretamente na internet, poderá o PREGOEIRO verificar e atestar a validade ou legalidade de tais documentos, constando posteriormente em ata.

**17.1.3** – O PREGOEIRO poderá sanar omissões existentes na proposta com informações obtidas por outros documentos, inclusive retirados da internet.

**17.2** – As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou força maior serão resolvidas pelo PregoeirO com registro em ata.

**17.3** – São parte integrante deste edital os anexos I, II, III, IV E V devendo seus termos ser obrigatoriamente considerados pelos licitantes que vierem a participar do certame.

Antônio Carlos, 08 de junho de 2015.

**ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT**

**Presidente da Câmara de Antonio Carlos**

**ANEXO I**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015**

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

**(REGISTRO DE PREÇOS)**

**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DE ACEITAÇÃO DO EDITAL**

A empresa......................................................................, pessoa jurídica de direito privado, com sede na................................................................................................., .............-SC, inscrita no CNPJ nº............................................, por meio de seu sócio-gerente ou representante legal abaixo firmado, DECLARA, que possui pleno conhecimento, e manifesta inteira concordância, com todos os termos do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 ( Registro de Preço) – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 da Câmara Municipal de Antônio Carlos-SC, A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço (Empresa agenciadora de viagens) para **fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais,** compreendendoa reserva, emissão, marcação, remarcação, entrega de bilhetes e demais serviços correlatos de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Antônio Carlos

Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa.

**ANEXO II**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

**(REGISTRO DE PREÇOS)**

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ n\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre o inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal e que não possuímos em nosso quadro pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa

**ANEXO III**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

**(REGISTRO DE PREÇOS)**

**CONDICÕES ESPECÍFICAS**

**1** – Os serviços abrangerão o fornecimento de passagens aéreas com taxa de embarque, em âmbito nacional.

**2** – A contratada se obriga a atender prontamente as solicitações da Câmara de Vereadores, através da sua Presidência, para a emissão de bilhetes de passagens, em qualquer companhia aérea que atenda ao trecho e horário solicitados em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas e, excepcionalmente, para as requisições urgentes, no prazo máximo de 02 (duas) horas;

**3**– A contratada obrigar-se-á a repassar a Câmara de Vereadores todos os descontos oferecidos pelas companhias aéreas inclusive as tarifas promocionais, quando atendidas às condições necessárias para tais descontos e tarifas, e a oferecer desconto fixo para as passagens, o qual servirá de base para julgamento da proposta;

**4**– A contratada obrigar-se-á a fornecer sem ônus para a Câmara de Vereadores a tabela de preços das companhias aéreas para passagens no início dos serviços e sempre que houver reajuste;

**5**– A contratada obrigar-se-á a reembolsar ou emitir outras passagens para outros trechos no mesmo valor, quando utilizadas por mudança de planos e/ou atenção a necessidade do serviço a ser solicitado pela Câmara de Vereadores.

**6**– Prestar todas as informações solicitadas ao objeto do contrato;

**7** – A contratada obrigar-se-á a apresentar faturamento mensal mediante fatura discriminada, em duas vias, que devidamente atestadas serão pagas até o 5° dia após o recebimento da fatura vencida. Na fatura deverá constar toda a informação bancária da empresa;

**8** – O fornecimento de passagem, só deverá ser atendido mediante formulário próprio de requisição emitido pela Presidência da Câmara de Vereadores, e deverão ser apresentadas com as respectivas faturas para fins de pagamento.

**ANEXO IV**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

**(REGISTRO DE PREÇOS)**

**Modelo de Carta de apresentação de Proposta**

**Nome da empresa** (razão social): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_UF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CNPJ n.: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Telefone/fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Responsável pela assinatura do contrato:**

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cargo/função\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Telefone/fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Dados bancários:**

Banco n.: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Agência n.: \_\_\_\_\_\_\_\_Conta corrente n.: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

A presente proposta tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço (Empresa agenciadora de viagens) para **fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais,** compreendendoa reserva, emissão, marcação, remarcação, entrega de bilhetes e demais serviços correlatos de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Antônio Carlos.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Item | Especificação | Percentual de desconto |
| 1 | Passagens aéreas nacionais | % |

Declaro que cumpro todos os itens estabelecidos no edital e especificações constantes nos anexos I, II e III.

Declaro também, que a presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante

ANEXO V

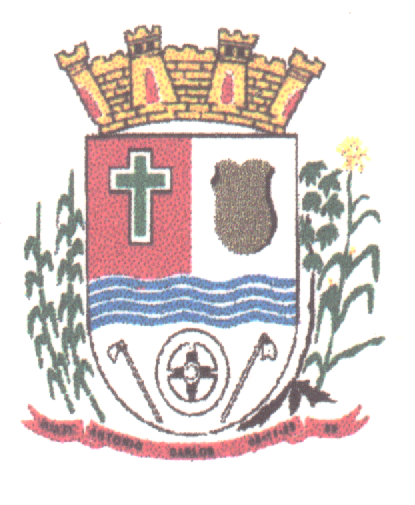
#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

Rua Saul Antônio Scherer nº 07, sala 06, Centro, Antônio Carlos, SC

CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br

Fone/Fax (48) 3272-1613, 3272-1154



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015**

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

**(REGISTRO DE PREÇO)**

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ..../2015

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PROCESSO LICITATORIO N° ......./2015** | | | |
| OBJETO | AQUISIÇÃO PARCELADA DE PASSAGENS AÉREAS | | |
| PREÇO | CONFORME ATA E PUBLICAÇÃO NO MURAL | | |
| RAZÃO SOCIAL |  | | |
| CNPJ |  | | |
| ENDEREÇO |  | | |
| TELEFONE |  | |  |
| E-mail |  | | |
| **INICIO: ..../..../.......** | | **VALIDADE/TERMINO: ..../..../........** | |
| OBS: | | | |

**1. OBJETO**

**1.1** – Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços à contratação de empresa especializada na prestação de serviço para fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, compreendendo a reserva, emissão e entrega de bilhetes e demais serviços correlatos de acordo as necessidades da Câmara Municipal de Antônio Carlos, constantes da proposta da empresa antes citada e do Edital nº 01/2015, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto Municipal n° 48/2007, da Lei Complementar nº 123/2006, pela Lei Orgânica Municipal e subsidiariamente pala Lei 8.666/1993, com suas alterações.

**2 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS, ENTREGAS E ATENDIMENTOS**

**2.1 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**2.1.1** – O fornecimento dos bilhetes de passagens será de acordo com a necessidade e o interesse da Câmara, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento do pedido feito pela Câmara Municipal de Antônio Carlos, ou, em casos excepcionais de urgência, em no máximo 02 (duas) horas;

**2.1.2** – Fornecer ao gestor deste Contrato as regras tarifárias vigentes nas Companhias Aéreas que operam viagens regulares no território nacional, bem como suas alterações;

**2.2 – PRAZO**

**2.2.1** – O prazo para a entrega dos bilhetes de passagens, de acordo com a necessidade e o interesse da Câmara Municipal de Antônio Carlos, será de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento do pedido feito pela Câmara, ou, em casos excepcionais de urgência, em no máximo 02 (duas) horas; através de Nota de Empenho, enviado por meios eletrônicos ou por fax.

**2.3 – Locais de entrega**

**2.3.1** – A entrega dos bilhetes de passagens solicitados será na sede da Câmara ou por e-mail, quando se tratar de bilhete eletrônico;

**2.3.2** – Os bilhetes de passagens devem ser fornecidos em local a ser indicado, quando fora do expediente ou, se fizer necessário, colocá-los a disposição dos passageiros nas lojas das Companhias Aéreas ou Agências de Turismo mais próximas do usuário;

**2.4 – Atendimento**

**2.4.1** – O atendimento será efetuado nos dias úteis, em horário comercial, através de Central Telefônica ou outro meio a ser definido, sujeito à anuência da Câmara.

**2.4.2** – Adquirir as passagens aéreas e demais serviços sempre pela menor tarifa disponível em qualquer Companhia Aérea, independentemente do horário do vôo, desde que seja possível atender à necessidade de chegada tempestiva ao destino por parte dos usuários. Caso constatado pela Câmara o descumprimento dessa recomendação, a agência de viagem será responsável pelo ressarcimento da diferença entre a tarifa efetivamente aplicada e a menor tarifa disponível;

**2.4.3** – Prestar assessoramento para definição do melhor roteiro, horário, freqüência de partida e chegada das aeronaves, como também das tarifas promocionais à época da retirada do bilhete, bem como as vantagens e/ou bonificações em decorrência da emissão em conjunto de um determinado número de bilhetes de passagens;

**3 – PENALIDADES**

**3.1** – Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Câmara Municipal de Antônio Carlos, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Câmara.

**3.1.1** – Multa de 1,0% (um por cento) por dia sobre o valor da Nota de Empenho, por dia de atraso na entrega do serviço licitado, até o 10° dia após o recebimento da Nota de Empenho, período após o qual se configura a inexecução parcial da obrigação;

**3.1.2** – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

**a)** atraso na entrega dos bilhetes de passagens aéreas, superior a 10 (dez) dias contados do recebimento da Nota de Empenho;

**b)** entrega meramente parcial das quantidades solicitadas, até o 30° dia contado do recebimento da Nota de Empenho;

* + 1. – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Empenho por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota de Empenho;

**3.1.4** – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo de, a critério da Câmara, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Antônio Carlos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a Detentora injustificadamente, deixar de entregar no prazo estabelecido;

**3.1.5** – Caso se constate problemas relacionados aos bilhetes entregues, a detentora deverá substituí-lo, no prazo determinado pela Câmara. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da nota de empenho até a data do efetivo cumprimento da obrigação;

**3.1.6** – Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da nota de empenho;

**3.1.7** – É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no capitulo III, Seção V da Lei federal 8.666/93, com suas posteriores alterações;

**3.1.8** – A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

* 1. – Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

**4 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**4.1** – A fatura deverá conter o percentual de desconto sobre os bilhetes de passagens aéreas nacionais, independente de preço promocional oferecido pelas Companhias Aéreas.

**4.2** – As Notas Fiscais/Faturas correspondentes às passagens aéreas deverão ser apresentadas contendo os seguintes dados e documentos anexos:

**a)** nome da Câmara Municipal de Antônio Carlos;

**b)** identificação do bilhete (número, transportadora e o trecho);

**c)** nome completo do passageiro;

**d)** custo do bilhete;

**e)** valor bruto da fatura;

**f)** valor correspondente à taxa de desconto;

**g)** valor da taxa de embarque;

**h)** valor líquido da fatura.

**i)** cupons do agente emissor do bilhete de passagem aérea ou cópias dos bilhetes eletrônicos;

**j)** tabela de preços da Companhia Aérea, com o valor vigente das tarifas, à data da emissão dos bilhetes de passagens;

**k)** pesquisa de preços, pelo menos, junto a 03 (três) Companhias Aéreas.

**4.3** – O pagamento do fornecimento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recebimento definitivo do objeto e comprovado a manutenção das exigências da habilitação. O crédito se dará através de Ordem Bancária com depósito em conta corrente da licitante.

**4.4** – Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

**4.5** – A Câmara reserva-se ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o bilhete de passagem aéreo não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

**4.6** – Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

**4.7** – Em caso de irregularidade, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

**4.8** – A Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Contrato.

**4.9** – Os pedidos de cancelamentos de bilhetes não-utilizados, total ou parcialmente, ocorridos por mudança de planos em atenção à necessidade do serviço, desde que esteja no prazo de cancelamento concedido pelas Companhias Aéreas - os quais deverão ser devidamente comprovados pela CONTRATADA - implicarão o cancelamento automático sem ônus para a Câmara e não serão incluídas no faturamento.

**5 – VALOR CONTRATUAL, DO PERCENTUAL DE DESCONTO E READEQUAÇÃO**

**5.1 – DO VALOR DAS PASSAGENS AÉREAS**

**5.1.1** – O valor das tarifas das passagens considerado é aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às promocionais ou reduzidas, que devem ser repassadas a Câmara, sempre que forem cumpridas as exigências legais para esse fim.

**5.2 – DO PERCENTUAL DE DESCONTO**

**5.2.1** – O percentual de desconto a ser aplicado sobre o valor do fornecimento das passagens aéreas é de \_\_\_\_\_\_\_\_% (...................).

* 1. **– DA READEQUAÇÃO**

**5.3.1** –Durante o período de vigência da Ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos do Decreto Municipal n° 48/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta Ata;

* 1. **5.3.2** – O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada, à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da Ata;

**5.3.3** – Durante a vigência da Ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida Câmara o novo preço que substituirá o então registrado;

**5.3.4** – Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Câmara, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

**6 – AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO**

**6.1** – As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Presidente da Câmara, ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

**6.3** – A emissão da nota de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão igualmente autorizados pelo Presidente da Câmara, ou por quem aquele delegar tal competência.

**7 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**7.1** – O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

**7.2** – Os pedidos deverão ser efetuados através de nota de empenho enviado através de meios eletrônicos ou "fac-símile", deles constando: data, valor unitário e total, quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da Câmara.

**7.3** – No ato da entrega da nota fiscal, de cada nota de empenho perante a Câmara, a detentora da ata deverá apresentar caso estejam vencidas a seguinte documentação:

**7.3.1** – Certidão Negativa De Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**;**

**7.3.2 –** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**7.3.3 -** Prova de Regularidade para com a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**7.3.4 –** Certidão negativa de débitos Federal, Estadual e Municipal.

**7.4** – Os preços registrados, nos termos do § 4° do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo.

**7.5 –** A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

**7.6** – O preço a ser pago pela Câmara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega dos bilhetes na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Câmara nesse intervalo de tempo.

**7.7** – Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**7.8** – A detentora da ata deverá comunicar a Câmara Municipal de Antônio Carlos toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

**7.9** – Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata, é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Biguaçu.

Antonio Carlos, ...... de ........ de 2015.

**CONTRATANTE CONTRATADA**

Testemunhas: